

## **Introdução**

O MNI, ou Modelo Nacional de Interoperabilidade, define um conjunto de normas e protocolos que permitem a troca segura e eficiente de informações sobre processos judiciais no âmbito do Poder Judiciário.

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) implementa o MNI no PJe de 1º e 2º Graus e disponibiliza os serviços para consultar processos, enviar manifestações e acompanhar o andamento processual. A ferramenta permite, ainda, verificar a existência de comunicações ou expedientes pendentes e consultar o conteúdo dessas mensagens.

## **Solicitação de Acesso**

A integração de sistemas externos com os da Justiça Federal da 1ª Região (JF1), está sujeita à aprovação da Presidência do TRF1. Para dar início a esse processo, é necessário encaminhar um ofício formal à presidência solicitando a autorização necessária. Após a análise e aprovação da solicitação, a Secretaria de Tecnologia da Informação (SECIN) dará início aos procedimentos técnicos para a efetivação da integração.

## **Informações Gerais**

- Atualmente estão implementadas as versões 2.2.2 e 2.2.3 do MNI.
- Informações gerais sobre o serviço podem ser obtidas na página: <https://www.cnj.jus.br/versao-2-2-2-07-07-2014/>.
- Detalhes do *endpoint* podem ser consultados no endereço: [http://www.pje.jus.br/wiki/index.php/Tutorial\\_MNI](http://www.pje.jus.br/wiki/index.php/Tutorial_MNI).
- No link seguinte são disponibilizadas as informações necessárias para efetivação da integração, como modelos, arquivos etc.: <https://www.cnj.jus.br/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/comite-nacional-de-gestao-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-do-poder-judiciario/modelo-nacional-de-interoperabilidade/>
- O serviço MNI da JF1 é liberado somente para entidades autorizadas, sendo esse controle feito pelo endereço IP. Assim, deverá ser informado no ofício, ou após autorização, qual(is) IP(s) real(is) a partir do(s) qual(is) serão feitas as requisições da entidade para que o acesso seja concedido.

## **Requisitos para Acesso**

- Os IPs a serem informados devem corresponder aos endereços IP públicos dos dispositivos (hosts) que realizarão o acesso ao PJe. Não são permitidos IPs de redes.
- Liberação do IP real da entidade solicitante, não sendo permitido o acesso a pessoas físicas.

## **Links de acesso:**

- *Endpoints* de homologação (versão 2.2.2) do PJe:
  - HML1:
    - 1º Grau: <https://pje1g.trf1.jus.br/pje/intercomunicacao?wsdl>
    - 2º Grau: <https://pje2g.trf1.jus.br/pje/intercomunicacao?wsdl>
  - HML2:
    - 1º Grau: <https://pje1gmaster.trf1.jus.br/pje/intercomunicacao?wsdl>
    - 2º Grau: <https://pje2gmaster.trf1.jus.br/pje/intercomunicacao?wsdl>
- *Endpoints* de homologação (versão 2.2.3) do PJe:
  - HML1:
    - 1º Grau: <https://pje1g.trf1.jus.br/pje/intercomunicacao/v223?wsdl>
    - 2º Grau: <https://pje2g.trf1.jus.br/pje/intercomunicacao/v223?wsdl>
  - HML2:
    - 1º Grau: <https://pje1gmaster.trf1.jus.br/pje/intercomunicacao/v223?wsdl>
    - 2º Grau: <https://pje2gmaster.trf1.jus.br/pje/intercomunicacao/v223?wsdl>
- *Endpoints* de produção (versão 2.2.2) do PJe:
  - 1º Grau: <https://pje1g.trf1.jus.br/pje/intercomunicacao?wsdl>
  - 2º Grau: <https://pje2g.trf1.jus.br/pje/intercomunicacao?wsdl>
- *Endpoints* de produção (versão 2.2.3) do PJe:
  - 1º Grau: <https://pje1g.trf1.jus.br/pje/intercomunicacao/v223?wsdl>
  - 2º Grau: <https://pje2g.trf1.jus.br/pje/intercomunicacao/v223?wsdl>

## **Consulta PJe**

Algumas informações a serem preenchidas nos serviços do MNI são fornecidas pelo *endpoint* ConsultaPJe, entre elas jurisdições, classes e assuntos judiciais.

- *Endpoints* de homologação:
  - PJe - 1º Grau: <https://pje1g.trf1.jus.br/pje/ConsultaPJe?wsdl>
  - PJe - 2º Grau: <https://pje2g.trf1.jus.br/pje/ConsultaPJe?wsdl>
- *Endpoints* de produção:
  - PJe - 1º Grau: <https://pje1g.trf1.jus.br/pje/ConsultaPJe?wsdl>
  - PJe - 2º Grau: <https://pje2g.trf1.jus.br/pje/ConsultaPJe?wsdl>